

A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana de (1804 - 1843).

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak.

Cita:

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak (2024). *A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana de (1804 - 1843)*. *Revista Teias de Conhecimento*, 1 (4), 60-86.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/38>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/XU3>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i1.2024.d>



Maxo St Victor*

<https://orcid.org/0009-0002-8814-5548>



Vera Lucia Martiniak**

<https://orcid.org/0000-0003-3092-9817>



<http://lattes.cnpq.br/2586663143728140>



* Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Graduado em História pela Universidade Estadual do Haiti (2017). Mestrado em História, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual do Haiti e pela Universidade Laval (2022).
✉ 240302100000@uepg.br

** Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação (PPGE/UEPG) e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Inclusiva (PROFEI/UEPG).
✉ vlmartiniak@uepg.br

**A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA
SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)**

RESUMO: Este artigo se inscreve nos campos da história e da educação para apresentar uma análise histórica das políticas educacionais no Haiti no período de 1804 a 1843. Ele destacou as tentativas feitas durante esse período pelos primeiros líderes do Haiti para implementar a educação inclusiva. Nessa abordagem, ele também destacou os limites das políticas educacionais implementadas por essas lideranças. O objetivo do estudo foi compreender a importância atribuída à educação na política dos primeiros chefes de Estado haitianos. Para atingir esse objetivo, o estudo faz parte de uma abordagem reflexiva voltada para o materialismo histórico como metodologia de pesquisa. Para uma melhor compreensão do assunto, recorreu-se às constituições haitianas da época, a textos legislativos específicos (portarias, circulares) sobre educação e a estudos prévios de interesse para esta pesquisa. Com base na análise de nossas fontes, nosso argumento confronta uma dicotomia nas políticas educacionais dos primeiros chefes de Estado haitianos. Com base na legislação haitiana, o estudo enfatiza que a questão da educação sempre esteve na obra do legislador haitiano. Mas quando se trata de fazer cumprir as leis educacionais, os líderes não conseguiram estabelecer a educação inclusiva no Haiti. Eles deixam a maioria da população haitiana na mais profunda ignorância.

Palavras-chave: Educação para todos; necessidade; sociedade haitiana.

**THE NEED FOR EDUCATION FOR ALL
IN HAITIAN SOCIETY (1804–1843)**

ABSTRACT: This article falls within the fields of history and education, presenting a historical analysis of educational policies in Haiti from 1804 to 1843. It highlights the attempts made during this period by Haiti's early leaders to implement inclusive education. In this approach, it also underscores the limitations of the educational policies enacted by these leaders. The study aims to understand the importance placed on education by Haiti's first heads of state. To achieve this goal, the study adopts a reflective approach grounded in historical materialism as a research methodology. For a better understanding of the subject, the research draws on Haitian constitutions of the time, specific legislative texts (ordinances, circulars) on education, and previous studies relevant to this research. Based on the analysis of our sources, our argument confronts a dichotomy in the educational policies of Haiti's early heads of state. According to Haitian legislation, the study emphasizes that the issue of education has always been present in the work of Haitian legislators. However, when it came to enforcing educational laws, the leaders failed to establish inclusive education in Haiti, leaving most of the Haitian population in profound ignorance.

Keywords: Education for all; necessity; Haitian society.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é uma contribuição sobre as políticas educacionais no Haiti. Como parte do período (1804 – 1843)ⁱ, justifica-se pelo desejo de definir e fortalecer a autonomia dos haitianos provenientes da escravidão por meio do estabelecimento de uma educação de qualidade acessível a todos. Isso lhes permitiria desfrutar de sua dignidade como povo soberano. Assim, a pesquisa visa compreender a importância atribuída à educação na política dos primeiros chefes de Estado haitianos.

De fato, durante o período, os haitianos foram mantidos fora do campo da educação. Nos termos do artigo 44.º do Código Negroⁱⁱ (1685), esses ex-escravos eram coisas pertencentes a senhores. As várias lutas travadas no final do século XVIII permitiram que o Haiti emergisse como um estado livre e independente com a Proclamação da Independência em 1º de janeiro de 1804. Portanto, era necessário oferecer a todos os cidadãos desse novo estado uma educação voltada para a inclusão para uma melhor construção da cidadania e da identidade haitiana.

Conforme definido por OLIVIER (1989, p. 25), a educação é "o conjunto de processos e procedimentos que permitem que toda criança humana acesse a cultura, sendo o acesso à cultura o que distingue o homem do animal". Envolve instrumentos regulatórios e ações concretas no âmbito de uma política educacional adequada, a fim de atingir seus objetivos. Após a independência, a educação haitiana e seus objetivos deveriam ser uma escolha prioritária nas linhas gerais da política de nossos primeiros líderes. Está prevista a implementação de uma política educacional adaptada ao novo contexto social haitiano.

Além de qualquer pesquisa sobre a política de educação no Haiti em nosso tempo, essa observação desperta nossa curiosidade em voltar à gênese do novo Estado para abordar essa questão. Essa contribuição é importante para a compreensão de uma parte importante da história da educação no Haiti. Pois, em muitos trabalhos que tratam da educação do país, outros períodos, como o da ocupação americana e o contemporâneo a partir da década de 1990, foram

priorizados. Além disso, nos trabalhos mais recentes que tratam da educação haitiana, a linhagem da aprendizagem é muito mais explorada.

De fato, a educação no Haiti durante o período (1804 - 1843) foi revisada por alguns autores, incluindo BRUTUS (1948) o que mostrou que tem sido negligenciado nesta sociedade desde a chegada dos espanhóis. Por sua vez, FRANÇOIS (2010) sublinha uma espécie de desigualdade na educação pública no Haiti após a independência. Essa desigualdade é um legado do modelo excludente de educação praticado durante o período em detrimento dos escravos.

Outros autores, como JOINT (2005), PIERRE (2012) e TARDIEUX (1990), despertaram, por meio de suas reflexões, o interesse em estudar a política educacional dos primeiros líderes haitianos. LHERISSON & VINCENT (1895) nos deixaram uma obra que estabelece um conjunto de textos legislativos e medidas que foram previstas no país desde a independência até a década de 1890. No entanto, apesar da contribuição destes trabalhos, a necessidade de uma educação para todos, baseada no respeito pela dignidade dos haitianos, não tem sido uma preocupação específica.

Com isso em mente, este trabalho será orientado especificamente a partir desse ângulo. Daí que o título seja formulado da seguinte forma: A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana de (1804 – 1843). Essa formulação está subjacente a uma questão fundamental que guiará todo o trabalho: como os primeiros chefes de Estado haitianos abordaram a educação nas linhas gerais de sua política?

Assim, para chegar à sua fase de publicação e divulgação, este artigo recorre ao materialismo histórico como metodologia. Da mesma forma, para atingir o objetivo inicial, concentra-se nos seguintes pontos: (1) Introdução; (2) Indicação teórico-metodológica; (3) Uma visão geral da educação colonial; (4) Uma mudança na sociedade e uma nova visão educacional (1804 – 1820); (5) Pacificação do país e novas perspectivas educacionais (1820 – 1843); (6) Conclusão.

2. INDICAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1. O contexto histórico da sociedade haitiana e a referência ao conceito de necessidade

A sociedade haitiana é marcada por uma longa herança cultural, histórica e social, fortemente influenciada por povos indígenas, africanos e europeus. Desde o início das conquistas europeias no século XV, teve uma história de colonização e lutas pela independência no final do século XVIII. Na madrugada de 1º de janeiro de 1804, proclamou oficialmente sua independência. No início, a jovem nação enfrentou desafios econômicos e experimentou turbulências políticas contínuas.

Ao mesmo tempo, havia problemas fundamentais na sociedade haitiana há vários séculos, como a falta de acesso à educação. Todavia, uma educação de qualidade acessível a todos os cidadãos de uma sociedade é um imperativo que lhes permite desfrutar plenamente de sua dignidade. Como apontado por SOUZA (2006, p. 15), "A sociedade não dispõe de qualquer substância além do homem, pois os homens são os portadores da objetividade social, cabendo-lhes a construção e a transformação de cada estrutura social".

Deste modo, para poder participar ativamente na construção e transformação da própria sociedade, a educação do homem deve estar na base. Após a independência, medidas deveriam ser consideradas para promover o acesso à educação para os homens haitianos. Já que ele é chamado a transformar a sociedade haitiana. É por isso que optamos pela educação inclusiva em benefício de todos os haitianos. Para compreender essa questão, procuramos identificar seus vínculos com as políticas educacionais no Haiti após a independência.

Assim, o período (1804 – 1843) foi mantido e as políticas educacionais foram estudadas levando em consideração o contexto da sociedade haitiana durante esse período. Isso é fundamental para autores que fazem parte de uma perspectiva de estudo das políticas educacionais contemporâneas. Porque estas últimas não podem ser entendidas fora da compreensão histórica das políticas educacionais dos

primeiros momentos da nação haitiana. Conforme observado por BLOCH (1949, p. 27), a incompreensão do presente surge inevitavelmente da ignorância do passado. Dessa forma, o impacto do estudo pode ser usado para entender o impacto das políticas educacionais no Haiti no futuro.

Nesse processo, estabelecemos como condição a necessidade de educação para todos, e a importância que é atribuída a essa forma de educação no contexto desse trabalho deve ser abordada por meio das políticas educacionais de nossos primeiros líderes. O conceito de necessidade que usamos aqui refere-se à obrigação de estabelecer educação para todos no Haiti e à natureza indispensável dessa educação para permitir o desenvolvimento dos haitianos e o desenvolvimento integral da sociedade haitiana.

Na filosofia de Baruch Spinoza, particularmente em sua obra *Ética*, a necessidade é um conceito fundamental. Esse conceito se manifesta tanto no sistema dialético de Georg Wilhelm Friedrich Hegel quanto em sua concepção de história. A curiosidade desses dois defensores do racionalismo pela necessidade leva LEJEUNE (2017, p. 116) afirmar que reduziram "o mundo a um sistema de necessidade".

Apesar de serem melhores referências do conceito, muitos pesquisadores têm se apropriado e utilizado a necessidade em seus trabalhos. Assim O conceito se espalha por vários campos e admite vários significados ao dar origem a muitos debates. "Hoje em dia, o termo "necessidade" parece ter que ser usado um pouco de todas as maneiras" (HESSE, 2002, p. 125). Sem entrar nos debates que esse conceito ainda hoje suscita, fazemos dele um termo central neste trabalho, deixando de lado suas múltiplas aceitações.

2.2. Educação inclusiva

A educação inclusiva surgiu na primeira metade do século 20 com práticas para dar educação especial a crianças que não podiam se beneficiar de uma educação geral. Mas, na realidade, tem suas origens na *Declaração Universal Dos Direitos Humanos*, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948.

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

Esta declaração constitui uma garantia legal através da qual os Direitos Humanos, que gozam de uma longa tradição filosófica, religiosa e cultural, visam proteger a dignidade humana em que se baseiam. Proclama o ensino e a educação como o caminho indispensável para que todos os povos e nações desenvolvam o respeito pelos direitos e liberdades.

Todos têm o direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. O ensino fundamental será obrigatório. A educação técnica e profissional será disponibilizada ao público em geral e o ensino superior será igualmente acessível a todos com base no mérito. ("DUDH", 1948, art. 26).

Esta forma de educação inclusiva, prevista na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, baseia-se no respeito pela dignidade humana como um dos seus valores fundamentais. Tem em conta os direitos e interesses de todas as categorias de pessoas, sem distinção, facilitando a integração das pessoas com deficiência: pessoas com desvantagens sociais, pessoas com necessidades educativas especiais temporárias, pessoas com capacidades excepcionais etc.

Atualmente, a educação inclusiva é objeto de muito debate nas sociedades e está se tornando cada vez mais um foco para muitos pesquisadores. Na concepção dos autores da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, a finalidade da educação é responder ao desenvolvimento do homem e contribuir para o fortalecimento de seus direitos e liberdades fundamentais. Através de sua abertura a todos os indivíduos, carrega em si as características de uma verdadeira revolução.

Há muito tempo, a questão da educação foi caracterizada por alta desigualdade. Segundo SOUZA ao escrever *História da Educação* (2006, p. 21), desde a Antiguidade existia uma desigualdade na educação porque "o ideal pedagógico não é o mesmo para todos". Assim, para ilustrar suas palavras, a autora avançou que a educação da classe privilegia descrita pelo Karl Marx foi sempre imposta a massa trabalhadora.

2.3. Metodologia

A metodologia é essencial para o processo científico. ANGERS (2009) que também enfatizou essa condicionalidade, considera a construção da metodologia como o segundo passo da abordagem científica. Com base neste princípio, a nossa abordagem privilegia uma abordagem metodológica baseada no Materialismo histórico para compreender ao longo da história a importância atribuída à educação na Sociedade Haitiana de (1804 – 1843).

É um método de análise aprofundada das sociedades humanas e sua evolução ao longo da história. Sua aplicação no trabalho do pesquisador permite uma compreensão aprofundada dessas sociedades por meio das dinâmicas econômicas e sociais que moldaram a história humana. Neste contexto, "a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico [...], é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto" (NETTO, 2011, p. 23).

Na análise de dados históricos, os princípios do materialismo histórico permitem considerar a história como um processo dinâmico influenciado pelas lutas de classes e pelas condições materiais, mas não como uma série isolada da história de grandes homens e eventos.

Assim, os horizontes da história se ampliaram e a escrita histórica é usada em vários campos como educação, cultura, economia, política, sociologia etc. No nosso caso, a escolha do materialismo histórico é mais adequada para aproximar a história da sociedade haitiana no contexto deste estudo na encruzilhada da história e da educação, com base em dados históricos.

Marx usou isso para empreender "A análise da sociedade burguesa, com o objetivo de descobrir a sua estrutura e a sua dinâmica" (NETTO, 2011, pp. 18–19). Desta forma, é usado para analisar a estrutura social do Haiti, que era composta por um pequeno grupo que explorava a grande maioria da população e os recursos da sociedade. Essa maioria escrava foi a base para o enriquecimento do sistema colonial e não tinha privilégios nesse sistema. Apesar da eliminação deste último em janeiro

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

de 1804, algumas de suas características resistiram a ponto de a grande maioria dos haitianos ainda não tem acesso a certos privilégios, incluindo a educação.

De fato, este trabalho reúne múltiplas fontes, principalmente constituições haitianas e outros textos legislativos (portarias, circulares etc.) sobre o período estudado, estudos anteriores sobre história e educação, memórias etc. Sua escolha passa por um processo de identificação, crítica, análise e interpretação, em relação à questão de pesquisa formulada. A coleta e análise de dados dessas fontes permitiu responder a esta última.

3- UMA VISÃO GERAL DA EDUCAÇÃO COLONIAL

Durante o período colonial, O escravo e sua prole foram formalmente proibidos de aprender a ler e escrever. A única preocupação educacional da administração colonial era essencialmente a ordem espiritual. Portanto, a única forma de educação que está se espalhando em Santo Domingo é educação religiosa. Isso é usado como uma ferramenta para coagir Escravos admitir as condições que lhes estavam sujeitas. "A educação religiosa foi então usada como um poder de violência simbólica para implantar o sistema escravista e garantir sua sustentabilidade" (FRANÇOIS, 2010, p. 22).

No entanto, a função da educação religiosa não deve se limitar ao estágio de um poder voltado apenas para a violência simbólica, como enfatizou o autor. Porque a educação religiosa é fornecida pela instituição religiosa que tem sido usada como um aparato repressivo para promover a escravidão dos negros. O seu exercício é regulado pelos oito primeiros artigos do Código Negro, cujo artigo 2.^o estipula que:

Todos os escravos que estiverem em nossas ilhas serão batizados e instruídos na religião católica, apostólica e romana. Ordenamos aos habitantes que comprem negros recém-chegados que notifiquem os governadores e intendententes das referidas ilhas no prazo máximo de oito dias, sob pena de multa de arbitrariedade, que darão as ordens necessárias para que sejam instruídos e batizados no momento apropriado.

Com efeito, a aplicação deste artigo remete para o artigo 6.º desta legislação que obriga os escravos a irem à igreja aos domingos incondicionalmente. Após cada cerimônia religiosa, eles tinham que ter aulas de catecismo antes de viajar. Neste caso, os domingos e feriados devem ser observados. Na lógica colonial, não poderia de forma alguma existir programas formais de instrução para negros.

Observando também esta observação, FOUCHARD (1988, p. 24) sublinha que "na legislação de Santo Domingo não há qualquer vestígio de qualquer obrigação imposta aos proprietários de dispensar os benefícios da educação aos seus escravos". Além da ausência de currículos e legislação sobre a educação dos escravos, não há prática de aprendizagem que seja iniciativa de seus proprietários.

Provavelmente as forças colonialistas pensaram que educação formal, trazendo em si traços de mudança, engendrado de mudança social em Santo Domingo. Dessa forma, a proibição da leitura e da escrita facilitou a perpetuação do poder colonial. Porque é através da educação que o homem pode desenvolver suas habilidades de pensamento para ser diferente dos animais. Como argumentado em ("Kant, L'éducation morale (Extraits du Traité de pédagogie, 1803)", [S.d.]), "O homem só pode se tornar homem através da educação".

No entanto, apesar de todas as proibições impostas aos escravos, alguns deles haviam adquirido os benefícios da educação. FOUCHARD (1988, p. 9) divide-os em duas categorias:

Os escravos que sabiam ler e escrever podem ser classificados em dois grupos: os negros islamizados que, já na África, se beneficiaram amplamente de uma corrente de civilização que teve períodos gloriosos; e aqueles, de várias origens, que na própria Santo Domingo, por um milagre de perseverança e vontade de subir, frustraram dificuldades incríveis que os mantinham na ignorância.

É ainda escondido que esses escravos aprendiam conceitos de leitura e aritmética por meio do silabário, a obra de referência da época. De acordo com BRUTUS (1948), eles se reuniram em segredo para essas atividades. FOUCHARD (1988, p. 82) os descreve como "quilombolas do silabário" na medida em que

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

praticavam furtivos para obter acesso ao silabário proibido pelo colono branco e pela administração colonial. Como a legislação de 1685 declara-se contra sua instrução formal, eles foram frequentemente espancados, os escravos em cujas mãos um livro foi descoberto.

Ao lado do uso clandestino do silabário, o "Vodou" pode ser considerado como um espaço de educação utilizado pelos escravos em face da instrução judaico-cristã montada na colônia pelos colonos brancos. Chegando a Santo Domingo com a importação dos primeiros negros da África, o "Vodou" experimentaria um desenvolvimento extraordinário e um sucesso incomparável. De fato, com características voltadas para competir com as práticas religiosas existentes na colônia, tornou-se um espaço de ruptura e transgressão social e política do sistema escravista e colonialista estabelecido.

Seu papel instrumental na revolução haitiana serve para demonstrar o impacto que a educação formal de escravos pode ter na sociedade colonial e na dinâmica de poder. No entanto, no contexto político colonial, a ausência de uma forma mínima de educação formal teve um impacto positivo na gestão do poder colonial, permitindo-lhe garantir sua sustentabilidade. Isso impediu a evolução do status dos escravos na sociedade.

3.1. A ligação com a dinâmica revolucionária

Na década de 1790, a ideia de educação assumiu uma nova dimensão em Santo Domingo. Para evitar a convulsão do sistema colonial em relação à dinâmica revolucionária, o poder colonial teria usado uma área importante como a educação por meio de uma certa forma de política educacional. Assim, notou-se uma nova dinâmica voltada para a criação de novas escolas na colônia. Essa dinâmica evoluiu sobretudo com o aparecimento de Toussaint Louverture como ator na esfera política colonial.

Realmente a educação formal estava começando a conhecer sua real existência nesta colônia. Mas a existência desse ensinamento reflete a estratégia do poder colonial de atrasar o processo revolucionário. Porque se a percepção torna previsível que teria sido destinado a escravos, as reformas educacionais previstas foram orientadas em detrimento destes. A este respeito, FOUCHARD (1988, p. 84) nos informa que "as escolas, para nos repetirmos, eram sistematicamente fechadas aos negros e o silabário era proibido a eles". Assim, a construção dessas escolas estava ligada à ideia de manipular a percepção dos escravos.

Em 1793, essa mesma percepção persistiu através da política seguida pelas autoridades coloniais. Foram feitas recomendações aos conselhos administrativos de cada engenho para mostrar às crianças o aprendizado da leitura e da escrita. Em seu segundo volume de *História do Haiti*, MADIOU (1988, p. 147) relata que "Polverel recomendou que as crianças pequenas fossem ensinadas a ler e escrever. Como resultado, ele abriu escolas nas plantações. Mas para a massa de escravos, essa percepção sempre foi contrária à realidade.

No entanto, havia uma visão mais ampla da política educacional na colônia com Toussaint Louverture. Em 1794, um currículo escolar foi votado em Santo Domingo pela primeira vez pela Convenção Francesa. O desenvolvimento desse projeto educacional marcou uma etapa importante em termos de educação na colônia. Para garantir a aplicação desse programa, Toussaint Louverture nomeou vários "comissários de instrução pública", cargo que existiu pela primeira vez em Santo Domingo.

Esta iniciativa está ligada à sua vontade lutar rigorosamente contra a domesticidade da qual ele também foi vítima. "É relatado que Toussaint realizou pessoalmente visitas de inspeção às escolas" (TARDIEUX, 1990, p. 128)». Analisar a importância deste programa, JOSEPH (2014, p. 64) escreveu: "[...] Mesmo que a educação do povo não parecesse ser uma prioridade, ainda vimos o trabalho das primeiras escolas nacionais." Dessa forma, o processo revolucionário influenciou muito a educação e as políticas educacionais na sociedade colonial.

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

Apesar de sua influência, as escolas que existiam na colônia sempre foram francesas em seu conteúdo e funcionamento. Essas escolas, que funcionavam com base na desigualdade, eram frequentadas por filhos de colonos brancos e libertos que não conseguiam mobilizar os meios necessários para enviá-los à França para seus estudos. Eles deveriam manter as características da cultura francesa mesmo após a criação do novo estado. Além disso, o francês era a língua usada para o ensino. Era difícil naquela época falar da existência de um sistema de educação voltado para a formação de todos.

Os esforços de Toussaint para promover a liberdade da educação, não impediu a conservação dos valores da cultura francesa. Seu desejo de sistematizar a educação e modelar o espírito do negro haitiano se refletiu na constituição de 1801 autorizando a formação de escolas. "Qualquer pessoa com faculdade de formar estabelecimentos especiais de ensino e instrução para jovens sob a autorização e supervisão das administrações municipais" (CONSTITUTION HAÏTIENNE, 1801, art. 68).

Através das várias medidas educacionais tomadas por Toussaint Louverture através de suas políticas, ele deixou sua marca na forma de educação do período. Assim, seu profundo envolvimento na aplicação dessas medidas fez dele o símbolo do sistema educacional de seu tempo. Os currículos que deveriam ser emprestados da França reinaram através dele. Como resultado, os pesquisadores não conseguem determinar com certeza qualquer vestígio de um currículo.

4. Uma mudança na sociedade e uma nova visão educacional (1804 – 1820)

Por sua proclamação oficial em 1º de janeiro de 1804, o Haiti tornou-se um estado livre e independente. Essa mudança na sociedade foi consolidada pela criação do novo Estado. Muito cedo, o país enfrentou enormes dificuldades. Externamente, ele foi colocado em quarentena pela Europa e pelos Estados Unidos para evitar a disseminação de sua visão revolucionária na região. A ajuda que o Haiti forneceu a Simón Bolívar e Francisco Miranda pode justificar essa disseminação no continente

sul-americano.

Internamente, a Proclamação da Independência não trouxe soluções imediatas no meio social haitiano. A partida dos colonos apenas revelou social e economicamente novas classes dominantes. Mas da ordem moral, não há mais escravos com a ruptura colonial: todos os cidadãos são iguais. Com efeito, para permitir a estes cidadãos gozar plenamente da sua dignidade e assegurar o desenvolvimento do país, era essencial fazer da educação um eixo fundamental. Desta forma, o presente parecer tem em conta a educação inclusiva.

Além do impacto que as dificuldades mencionadas acima poderiam ter na organização da educação para todos no país após a independência, estamos tentando estudar o lugar dado à educação. Por isso, enfocamos as políticas educacionais dos primeiros líderes, analisando as iniciativas e disposições favoráveis à educação no país. Na realidade, as primeiras leis para o estabelecimento da educação pública no Haiti foram aprovadas sob o governo de Dessalines.

Realmente um ex-escravo que foi proclamado governador geral vitalício do Haiti no contexto da independência, Dessalines logo se transformou em imperador. Em 1805, ele promulgou uma constituição para definir os órgãos executivos do estado e regularizar os poderes. Esta constituição abrange uma variedade de áreas, incluindo educação. Nesta área, ela prevê em suas disposições gerais a construção de escolas públicas para instruir os jovens. "Em cada divisão militar, uma escola pública será estabelecida para a instrução da juventude." (CONSTITUTION HAÏTIENNE, 1805, art. 19).

Contudo este artigo não foi implementado repentinamente. Portanto, parece impossível rastrear a existência real das escolas públicas planejadas. Nesse sentido, TARDIEUX (1990, p. 129) em vez disso, apontou a existência de algumas escolas particulares que Dessalines teria encorajado ou mesmo legislado para que não pudessem escapar de seu controle. O acesso a essas poucas escolas particulares não foi fácil. Eles eram reservados para os filhos de famílias com uma certa renda. Fazendo educação o negócio de uma pequena elite, tem as mesmas características

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

de educação que existiam nos tempos coloniais. Desta forma, essas iniciativas afastar-se dos princípios da educação Inclusiva.

Realmente o sucesso do poder imperial no campo da educação seria considerável se os artigos que incentivavam a educação na Constituição de 1805 estivessem ativos. A Constituição contém uma estratégia educacional que prevê a criação e oferta de oportunidades de orientação profissional para os cidadãos para integrar mercado de trabalho. Na declaração Preliminar desta constituição Note-se que "Todo cidadão deve possuir uma arte mecânica" (CONSTITUTION HAÏTIENNE, 1805, art. 11). No entanto, o papel da estratégia educacional planejada não foi percebido devido à não aplicação deste artigo.

Portanto, todas as medidas tomadas sob Dessalines não nos permitem observar os indicadores significativos de progresso feito no campo da educação durante o período de seu mandato. Na prática, a ideia de educação para todos analisada neste trabalho não se encontra em sua política. Além disso, os artigos a favor da educação na legislação de 1805 tinham um caráter genérico de educação e que, portanto, deveriam ser seguidos por leis de implementação específicas. No entanto, nenhum vestígio dessas leis foi encontrado.

No entanto, devemos enfatizar que Dessalines não teve tempo necessário para implementar programas educacionais de qualidade. Mas, ele serviu um mandato muito curto em relação ao poder ilimitado que lhe foi conferido pela constituição imperial. Além disso as dificuldades que o Haiti enfrentou após a independência influenciaram as políticas educacionais do tempo. A este respeito, JOINT (2005, p. 41) salientou que "Os primórdios da nação haitiana são marcados por muitas incertezas e ameaças que levaram a repercussões nas políticas educacionais dos primeiros líderes haitianos". Diante das ações de grupos políticos rivais e o provável retorno dos franceses, a principal preocupação dos pais fundadores da nação era a questão da defesa nacional.

4.1. O fim do Império e a nova legislação sobre educação (1806 – 1820)

Com o assassinato de Dessalines em 17 de outubro de 1806, o Haiti experimentou um clima político instável devido a uma corrida pelo poder que resultou na separação do estado em dois poderes executivos principais entre 1807 e 1820. Programas educacionais distintos podem resultar dessa separação entre Henry Christophe e Alexandre Sabès Pétion, dois homens que eram influentes de forma diferente na época. Conforme relatado por BRUTUS (1948, p. 34), "O primeiro ergueu uma monarquia constitucional e seu rival uma república democrática."

De fato, a monarquia é marcada por uma certa visão civilizatória através da implementação de uma política educacional. Em seu discurso oficial de posse No Reino, Christophe considera a educação como o bem mais precioso do homem depois dos conceitos de religião e liberdade. Sua visão "sobre a importância da educação para o povo de seu reino era muito grande" (FRANÇOIS, 2010, p. 36) a tal ponto de se podia imaginar que a educação fosse baseada na inclusão social.

Nessa lógica, JOSEPH (1886) e JOINT (2005) não faltaram palavras para descrever Christophe, ele é um organizador, moralizador, administrador, civilizador e visionário. Este homem "antecipou seu tempo mostrando sua solidão para a instrução das massas" JOSEPH (1886, p. 106). A concretização de sua visão educacional requer a adoção de uma série de medidas legislativas.

A primeira legislação a refletir a visão por Christophe em Educação é a Constituição de 1807. Essa previa a construção de numerosas infraestruturas escolares no reino. "Deve ser estabelecida em cada divisão uma escola central e escolas especiais em cada distrito. No entanto, estará aberto a qualquer cidadão manter instituições educacionais privadas. (CONSTITUTION HAÏTIENNE, 1807, art. 34).

Por meio dessa base legislativa, utilizou-se a organização e o planejamento da educação No Reino, Christophe previu um sistema completo de ensino de três

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

ciclos (primário, secundário e superior) totalmente controlado pelo Estado. Assim, introduziu conhecimentos no exército para educar ex-escravos que foram mantidos fora do campo da educação durante o período. Analisando sua visão da educação, SCHOELCHER (1843, p. 153) escreveu "o país, sob sua mão terrível, marchou rapidamente em direção à civilização".

A Constituição de 1807 prevê igualmente a criação de uma lei especial relativa ao pessoal docente e aos directores administrativos das escolas implementar as medidas educativas adotadas. "Os salários dos professores e professores, bem como a polícia das escolas, serão regulados por uma lei especial" (CONSTITUTION HAÏTIENNE, 1807, art. 35).

Na época, as leis mais importantes traçadas com base neste artigo constitucional foram a Portaria que criou a Câmara Real de Instrução Pública e a Portaria Real sobre a educação primária no Norte em 1818. A primeira enfatiza a escolha e qualificação dos professores e a proibição de mistura entre meninas e meninos nas escolas. Essa proibição dá a percepção de uma proibição da educação de meninas que tiveram que viajar quilômetros para acessar uma escola pública. Mas é mais a legalização de uma prática que existia na sociedade haitiana na época.

A segunda lei, derivada do artigo 35 da Constituição de 1807, estabelece as condições para a admissão dos alunos nas escolas. Essas medidas, que foram aplicadas em sua maioria, resumem a visão de Christophe para a educação no Haiti. No entanto, limitar-me-ei a sublinhar que o facto de dizerem respeito a apenas uma região do país, a educação preconizada pelo governo de Christophe, não responde na sua totalidade aos princípios da educação inclusiva no país.

Para TROUILLOT (2003) que opinou sobre os avanços educacionais no reino, era "mesmo que apenas para um grupo". Apesar dos esforços para estabelecer um sistema educacional mais bem organizado e planejado, a educação inclusiva com características como as defendidas hoje não tem sido eficaz no Haiti.

Paralelamente à sua política educacional, seu rival pensava em uma educação

baseada no elitismo e na exclusão para favorecer apenas os interesses de sua classe. A política educacional de Pétion é um dos exemplos mais convencionais e vívidos das desigualdades educacionais no Haiti. Ele usou a educação como estratégia política para bloquear a evolução da sociedade haitiana. Considerando que a lógica seria reivindicar o desenvolvimento de currículos escolares de acordo com as necessidades desta sociedade.

De fato, a constituição de 1806 sob a égide da qual ele liderou o estado não mencionou a ideia de educação primária em nenhum de seus artigos. Após vários anos de gestão do poder, Pétion deu a impressão de uma nova visão da educação com a promulgação da constituição de 1816. Essa nova constituição delinea parcialmente o perfil da democratização da educação no Haiti. Ele previa uma educação comum para todos os cidadãos.

Também será criada e organizada uma instituição pública, comum a todos os cidadãos, gratuita no que diz respeito às partes da educação indispensáveis a todos os homens, e cujos estabelecimentos serão distribuídos gradualmente em uma relação combinada com a divisão da República (CONSTITUTION HAÏTIENNE, 1816, art. 36).

No entanto, a existência deste artigo não altera o caráter elitista da política educacional de Pétion. Ações para promover a prática democrática da educação haitiana por meio de sua política educacional não foram tomadas. Mas, a constituição de 1816 continua sendo uma das constituições da época mais próximas da ideia de educação inclusiva hoje.

Nesse sentido, previa a inclusão de crianças abandonadas, o cuidado de pessoas com deficiência e a facilitação do emprego para pessoas sem recursos. «Um estabelecimento geral de ajuda pública será criado e organizado, para criar crianças abandonadas, aliviar os pobres enfermos e fornecer trabalho para os pobres saudáveis que não foram capazes de obtê-lo. (CONSTITUTION HAÏTIENNE, 1816, art. 35). Essa importante medida permaneceu inativa na política educacional de Pétion.

Por outro lado, abandonou o ensino à iniciativa privada, concedendo subsídios

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

aos amigos responsáveis pelas escolas particulares, e conseqüentemente deixou um fracasso considerável de sua política educacional. Nessa perspectiva, ele convocou os estrangeiros a virem e criarem escolas em Porto Príncipe. Foi assim que o pastor John Brown e o educador James Catts chegaram no Haiti em 1816. O principal trabalho de Pétion foi o projeto de construção do Liceu Nacional, agora chamado de Liceu Alexandre Pétion.

Mas as restrições que foram impostas à porta do Liceu não permitem o exercício da educação para todos. Na ausência de orientação e de um currículo adaptado, este Liceu, que foi aberto apenas para servir aos infelizes filhos de cidadãos caídos, era nacional apenas no nome. A construção do Liceu ainda não havia sido concluída até sua morte em março de 1818. No final, pela orientação dada à sua política educacional, Pétion não conseguiu estabelecer as bases democráticas da educação prevista pela constituição de 1816.

5. PACIFICAÇÃO DO PAÍS E NOVAS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS (1820 – 1843)

Em 1818, Jean Pierre Boyer tornou-se o novo presidente da República do Oeste. Com a morte de Christophe em 1820, ele anexou esta República ao reino do Norte e à região do Sul, exercendo sua autoridade sobre todo o país. Em todas as áreas, ele privilegiou a classe dominante em detrimento de toda a população durante seus vinte e cinco anos de governo. Em termos de educação, a república não fez progressos consideráveis. É praticamente em Porto Príncipe que houve uma certa difusão da educação em setores das comunidades urbanas.

O Presidente não implementou medidas para estruturar o campo educacional. Ele mesmo contentou-se em constituído árbitro impondo condições de admissão num estabelecimento de ensino. Comentando sobre esse comportamento do presidente, FRANÇOIS (2010, p. 40) argumenta que "Ele usou a educação para reforçar a lacuna que existia entre as pessoas de sua classe social e as da população." Essa forma como Boyer se envolveu no campo educacional apenas para ter seu controle, teve um impacto negativo na evolução da população haitiana.

De fato, as restrições impostas às portas das escolas foram reforçadas por uma lei assinada pelo presidente em 4 de julho de 1820. Apesar de sua natureza restritiva, os artigos 11 e 18 da Lei previam a construção de várias escolas primárias em várias cidades do país. Mas em termos concretos, nenhuma ação foi tomada. A este respeito, FRANÇOIS (2010) não disse nada sobre a existência ou a duração dessas escolas. Em vez disso, o autor disse que durante todo o mandato de Boyer, "Porto Príncipe, a capital do país, ainda era a única escola primária que Pétion havia estabelecido". (FRANÇOIS, 2010, p. 41).

Com base na lei de 4 de julho de 1820, é o presidente quem tem a decisão final sobre a lista de admissão dos alunos que queriam frequentar uma escola. Seu desinteresse em Educação de Jovens Haitianos foi notado assim que chegou ao poder. Provavelmente, foi porque ele pensou que "semear educação é semear revolução» (BRUTUS, 1948, p. 72). Essa percepção do presidente não foi bem recebida pela população haitiana.

Mesmo em sua comitiva, houve algum desacordo. Assim, em suas "Memórias" escritas após a queda do governo de Boyer em 1843, INGINAC (1843) elaborou um balanço negativo da política educativa deste governo, ao qual desempenhou o papel de Secretário de Estado. Deixando de lado a lei restritiva de 4 de julho de 1820 que ele mesmo havia preparado para o governo, ele criticou a não aplicação de um plano educacional elaborado em 1832.

Não elaborei em 1832 o plano relativo para a educação dos jovens de ambos os sexos, propondo-me dedicar a este um território longe do tumulto das coisas, dividindo todas as partes da educação, [...] não exigi constantemente a cada ano até o último, o estabelecimento de uma escola em cada cidade principal do distrito, de escolas secundárias nas capitais dos departamentos (INGINAC, 1843, p. 99).

Essa passagem, que destaca o questionamento relacionado à educação pública gratuita e à liberdade de educação no Haiti ao longo do período (1804 – 1843), tem um significado defensivo para o autor que quer se livrar das críticas feitas contra ele pelos liberais de 1843. Críticas que resultariam de seu apoio ao presidente Boyer, que abruptamente fez desaparecer as escolas construídas sob o governo de

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

Christophe.

Contudo se for lembrado que com a lei de 4 de julho de 1820, Boyer trancou as portas da escola para a qual só ele tem as chaves, porque as "prescrições eram rigorosas" (LHERISSON e VINCENT (1895, p. 27), para TROUILLOT (2003, p. 56), "essas eram disposições que pareciam favoráveis ao desenvolvimento da educação no Haiti". Havia ainda muito boas disposições que podem ser utilizadas para sistematizar o campo educacional por meio de sua política educacional. No entanto, elas não foram aplicadas para permitir o impacto positivo dessa política na sociedade haitiana.

Na Circular nº 648 de 11 de novembro de 1820, cujo extrato é relatado por PRADINE (1860, p. 258), Boyer expressa ideias positivas em favor da educação: "A criança, depois de ter mamado o seio de uma mãe terna, ainda deve se alimentar do seio da ciência. É em escolas bem cuidadas, em instituições educacionais bem administradas que ele pode se inspirar no amor sagrado do país e em todas as virtudes que dele se seguem. Mas Não foram tomadas medidas para implementar ideias relativamente favoráveis à educação.

Analisando o pensamento de PRICE-MARS (1929) e o de TROUILLOT (2003), confirmamos que o principal trabalho que deve ser reconhecido por Boyer no nível educacional é a destruição da infraestrutura escolar do país. Por sua vez, FRANÇOIS (2010) explicou que o presidente havia ordenado a transformação da única universidade de Santo Domingo na época em uma simples escola primária. Uma decisão que despertou a ira dos dominicanos.

Ao permanecer unido apenas aos homens de cor de sua classe, todas as ações tomadas pelo governo foram em detrimento da maioria da população haitiana. Esta última, que economicamente não tinha terra e não tinha acesso à educação, formou um verdadeiro movimento de resistência contra Boyer até que ele foi deposto em 1843. Por seu escopo, esse movimento é visto como uma revolução na história da jovem nação.

5.1. As novas estruturas educacionais resultantes da revolução de 1843

Desde as eleições de 1842, uma oposição parlamentar vinha se formando contra o governo de Boyer, exigindo reformas urgentes na ordem social. Mas ele tentou combater a oposição por meio de atos arbitrários: a expulsão da Câmara dos deputados que muitas vezes o censuraram por ter negligenciado a educação pública; a demissão de funcionários públicos por terem expressado ideias muito liberais. Jornalistas que criticaram esses atos arbitrários foram presos. Além desses abusos de autoridade, houve outros assuntos que trouxeram a oposição para o campo popular e, em 27 de janeiro de 1843, o primeiro movimento insurrecional da revolução estourou no assentamento de Praslin, na planície de Les Cayes. "Mas os principais temas de descontentamento baseavam-se na total ausência de um sistema racional de educação pública para combater a ignorância popular e na miséria das massas rurais que se entregavam ao mais completo abandono" (BELLEGARDE, 1885, p. 141).

De fato, o movimento de 1843 causou a queda do presidente Boyer e a formação de um governo provisório que teve que responder aos desejos do povo e organizar eleições. Assim, uma das primeiras ações tomadas por este novo governo liderado por Charles Rivière Hérard foi a criação da instituição responsável pelo ensino público com base em um decreto de 8 de julho de 1843. Essa medida não é garantia de uma mudança profunda na política educacional do Haiti. Porque, nos governos anteriores, foram tomadas certas medidas para criar um sistema educativo eficaz. No entanto, nem todas essas disposições foram seguidas. Além dessa consideração, e tendo sua origem em grandes demandas populares, a revolução de 1843 garantiu uma melhor formação da juventude haitiana.

Na opinião de FRANÇOIS (2010, p. 42), "Esta revolução queria remover as grandes barreiras que foram instaladas na porta da escola pelos governos de Alexandre S. Pétion e Jean Pierre Boyer". Além disso, ela questionou os fundamentos da civilização ocidental que eram difundidos na época e achava que os negros são incapazes de civilizar. Analisando, a esse respeito, a dedicação dos intelectuais de

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

1843, JOSEPH (2017, p. 235) escreveu: "Os intelectuais de 1843 rejeitaram a ideia, geralmente difundida na época na Europa, da incapacidade dos 'povos negros' de civilizar e de serem atores reais na história."

Por sua vez, NAU (1837) um dos pensadores haitianos da "Escola de 1836"ⁱⁱⁱ criticou a política do Estado haitiano, que praticamente não se preocupou em contribuir para o desenvolvimento moral e cultural da população. Essa política consiste preferencialmente em trazer uma minoria seletiva da população haitiana para garantir a perpetuação da cultura europeia, sempre em detrimento da sua própria.

Um dos atos políticos provocados pela revolução de 1843 foi a elaboração da constituição de 1843, que visava eliminar as restrições à frequência escolar, que sempre foram reservadas a um pequeno grupo que constituía uma classe privilegiada. Por meio dessa constituição, os líderes pareciam ter um desejo real de estabelecer a educação gratuita no Haiti, começando com a alfabetização da grande maioria dos haitianos que não tinham acesso a instituições educacionais nas últimas décadas antes da revolução de 1843. O artigo 31 da Lei prevê a distribuição e a oferta gratuita de educação em todos os níveis de ensino.

A educação é gratuita e as escolas são distribuídas gradualmente, proporcionalmente à população. Cada comuna tem escolas primárias de ambos os sexos, gratuitas e comuns a todos os cidadãos. As principais cidades têm, entre outras, escolas superiores onde são ensinados elementos das ciências, belas-letas e belas artes. As línguas utilizadas no país são ensinadas nestas escolas. (CONSTITUTION HAÏTIENNE, 1843, art. 31).

No ensino fundamental, as restrições eram quase inexistentes nas escolas municipais. Mas, no nível da educação secundária, continuaram a existir de outra forma. Na ausência de escassez de liceus, apenas 75 alunos poderiam desfrutar do ensino secundário gratuito após os estudos primários, de acordo com uma decisão tomada pelo governo provisório em 11 de novembro de 1843. As crianças mais desfavorecidas são automaticamente excluídas porque as vagas sempre foram reservadas para uma categoria privilegiada composta pelos filhos de membros do aparato estatal, bem como pelos descendentes de cidadãos que já serviram à pátria.

6. CONCLUSÃO

A independência haitiana em 1804 marcou o fim da sociedade colonial francesa e o início de uma nova dinâmica de poder baseada no respeito à soberania e na proteção dos direitos haitianos. Estes últimos concordam em "formar-se como um estado livre, soberano e independente de todos os outros poderes do universo" no que diz respeito ao artigo 1º da primeira constituição do estado soberano. No entanto, o desenvolvimento do respeito aos seus direitos está baseado em uma condicionalidade: o acesso à educação inclusiva. Assim, na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948, essa condicionalidade é primordial.

Na realidade, a educação sempre foi um fator de desenvolvimento do ser humano, condição essencial para a mudança e o desenvolvimento social nas sociedades humanas. Muitos estudos realizados no campo da educação fazem parte dessa perspectiva. Portanto, a fim de estudar o fortalecimento da autonomia do povo haitiano por meio da existência e organização de um sistema educacional que lhes permitisse desfrutar de sua dignidade como povo, foi proposta essa contribuição.

A partir dessa preocupação, identificamos os vínculos entre as políticas educacionais no Haiti e a educação inclusiva para compreender a importância atribuída à educação na política dos primeiros chefes de Estado haitianos de 1804 a 1843. Nessa perspectiva, nossa contribuição é particularmente importante para a compreensão da história da educação no Haiti. Essa compreensão permite avaliar de forma geral a dinâmica e os limites do poder atual em termos de políticas educacionais, bem como os impactos dessas políticas no futuro da sociedade haitiana.

De fato, a ascensão do Haiti à independência em 1º de janeiro de 1804 não significa a liberação do modelo de educação gestacional mantido por um pequeno grupo durante o período. Portanto, para o respeito e pleno reconhecimento do valor inerente ao povo haitiano, coube aos novos líderes do país definir estratégias por meio da implementação de políticas educacionais para conscientizar esse povo sobre o

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

gosto pela educação. Essa consideração nos leva a viajar no tempo e voltar à gênese do Estado para abordar essa questão por meio das políticas educacionais realizadas no Haiti de 1804 a 1843.

Assim, depois de examinar nossas várias fontes principais (constituições, circulares, portarias) e o trabalho de outros autores sobre o Haiti, o estudo destacou as seguintes considerações: a existência e a não aplicação de disposições reais que promovessem o acesso à educação de qualidade para todos no Haiti; a adoção de uma série de leis de segregação que proíbem implicitamente o acesso à escola para a maioria dos haitianos. Parece que as leis de segregação contêm alguns elementos positivos. Com base nessas considerações, sustentamos que a questão da educação sempre esteve no trabalho do legislador haitiano.

Devemos salientar que a utilidade e a implementação do trabalho do legislador sobre esta questão devem ser seguidas de medidas educativas específicas no quadro das políticas educativas. A este respeito, o estudo revelou a inadequação e ineficácia de medidas eficazes de execução. Portanto, serve para conscientizar sobre a introdução dessas medidas nas políticas educacionais para permitir o impacto positivo das dinâmicas de poder no campo da educação. Isso pode levar a avanços nessa área para a evolução da sociedade haitiana.

No entanto, com exceção de alguns esforços dos líderes haitianos, eles não conseguiram estabelecer um modelo de educação de qualidade acessível a todos os haitianos entre 1804 e 1843. Observando a falta de materiais, centros educacionais e leituras durante esse período, verifica-se que os líderes não conseguiram mobilizar os recursos necessários para estabelecer um sistema educacional eficaz no Haiti. Portanto, as políticas educacionais orientadas por essas lideranças têm um impacto negativo no futuro do país.

A estrutura educacional que eles tentaram estabelecer mantém as características reservadas a um pequeno grupo de pessoas privilegiadas durante o período. Nesse sentido, as poucas escolas que existiam no país eram essencialmente destinadas aos filhos de generais e soldados com base nos serviços que prestavam

à nação. Essa prática, que se afasta dos princípios da educação inclusiva, foi um obstáculo para a formação social haitiana e para o desenvolvimento econômico do país.

Assim, a falta de acesso à educação desde os tempos coloniais e a necessidade de acessá-la foi um dos principais assuntos na base de um grande movimento popular no Haiti em 1843 para exigir, entre outras coisas, o acesso à educação de qualidade para todos. Esse movimento, que afetou as várias estruturas do Estado, é descrito como uma revolução na história do país. Esse questionamento das estruturas estatais no campo da educação mostra claramente como as políticas educacionais no Haiti foram condenadas.

A revolução pôs fim ao governo de Boyer, que não respondeu às múltiplas preocupações das massas camponesas durante vinte anos de governo. Pelo contrário, contribuiu para o fortalecimento do sistema de exclusão por meio de uma série de leis restritivas. Ao mesmo tempo, a revolução levou à chegada ao poder do governo de Charles Rivière Hérard. Desde o início, o novo governo mostrou sua disposição de dar respostas adequadas às demandas que levaram à revolução. Assim, no campo da educação pública, esta proclamou as vitórias do povo haitiano por meio de textos.

Foi um passo importante na questão da educação no Haiti, culminando em profundas mudanças na prática anterior. No entanto, a realidade educacional do país não pode ser uniforme a longo prazo. Com isso em mente, devemos acreditar que a resposta imediata adaptada sob os efeitos da revolução de 1843 às necessidades da grande maioria da população haitiana em situação de exclusão lhe ofereceria maiores chances de reintegração total?

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

Referências bibliográficas

ANGERS, M. **Initiation pratique à la méthodologie des sciences humaines**. 5. éd. Canada, Les Éditions CEC, 2009.

BELLEGARDE, D. **Histoire du peuple haïtien (1492 - 1952)**. 1. éd. Port-au-Prince, Éditions Fardin, 1885.

BLOCH, M. **Apologie pour l'histoire ou métier d'historien**. 1. éd. Paris, Librairie Armand Collin, 1949.

BRUTUS, E. **Instruction publique en Haïti (1492 – 1945)**. Port-au-Prince, Éditions Fardin, 1948.

CONSTITUTION HAITIENNE. **Constitution de 1801**. . [S.l: s.n.]. , 1801

CONSTITUTION HAITIENNE. **Constitution de 1806 révisée en 1816**. . [S.l: s.n.]. , 1816

CONSTITUTION HAITIENNE. **Constitution de 1807**. . [S.l: s.n.]. , 1807

CONSTITUTION HAITIENNE. **Constitution de 1843**. . [S.l: s.n.]. , 1843

CONSTITUTION HAITIENNE. **Constitution impériale du 20 mai 1805**. . [S.l: s.n.]. , 1805

Declaração Universal Dos Direitos Humanos (DUDH). 1948. United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 14 jun. 2024.

FOUCHARD, J. **Les Marrons du syllabaire: Quelques aspects du problème de l'Instruction et de l'Éducation des esclaves et des affranchis de Saint-Domingue**. Port-au-Prince, Imprimerie Henry Deschamps, 1988.

FRANCOIS, P. E. **Politiques éducatives et inégalités des chances scolaires en Haïti**. Port-au-Prince, Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2010.

HESSE, P.-J. "UN DROIT FONDAMENTAL VIEUX DE 3 000 ANS : L'ETAT DE NECESSITE JALONS POUR UNE HISTOIRE DE LA NOTION", 2002. .

INGINAC, J. B. **Mémoires de Joseph Balthazar Inginac...ex-secrétaire-général près S. E. l'ex-Président d'Haïti. De 1797 jusqu'à 1843**. Kingston, Imprimerie J. R. de Cordova, 1843.

JANVIER, L.-J. **Les constitutions d'Haïti (1801-1885)**. Paris, C. Marpon et E. Flammarion, 1886.

JOINT, L. A. **Système éducatif et inégalités sociales en Haïti: Le cas des écoles Catholiques**. Paris, L'Harmattan, 2005.

JOSEPH, D. **L'État Haïtien et ses intellectuels. Socio-histoire d'un engagement politique (1801 – 1860)**. Port-au-Prince, Imprimerie Le Natal S. A, 2017.

JOSEPH, K. **De nouveaux fondements philosophiques et Sociologiques pour une éducation à la citoyenneté en Haïti: La parole et l'action de Joseph Wresinski pour une éducation à la citoyenneté de la rencontre en Haïti**. 2014. 365 f. Thèse de doctorat – Lumière Lyon 2, Paris, 2014.

Kant, L'éducation morale (Extraits du Traité de pédagogie, 1803). [S.d.]. Disponível em: https://ledroitcriminel.fr/la_sciences_criminelles/philosophes/philosophie_morale/kant_education_morale.htm. Acesso em: 26 jun. 2024.

Le Code noir. 1685. Disponível em :

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NA SOCIEDADE HAITIANA DE (1804–1843)

Maxo St Victor e Vera Lucia Martiniak

<https://www.axl.cefan.ulaval.ca/amsudant/guyanefr1685.htm>. Acesso em: 18 maio 2024.

LEJEUNE, G. "Nécessité et contingence chez Hegel et Spinoza", **STUDIA HEGELIANA**, 17 dez. 2017. DOI: 10.24310/stheg.v0i2.3710. .

LHERISSON, L. C., VINCENT, S. **La législation de l'instruction publique de la république d'Haïti (1804 – 1895)**. Paris, Dunod, 1895.

MADIOU, T. **Histoire d'Haïti (1827 – 1843)**. Port-au-Prince, Éditions Henry Deschamps, 1988. v. 2.

NAU, É. "Quelques aspects sur l'instruction publique", **Le Républicain, recueil scientifique et littéraire**, Imprimerie J. Courtois. n. No XIII, 15 fev. 1837. .

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

OLIVIER, R. **La philosophie de l'éducation**. Éditions PUF éd. [S.l: s.n.], 1989.

PIERRE, D. **Constitution, lois, et éducation en Haïti (1801 – 2011), Éléments politiques éducatives**. Québec, Éditions Mémoire, 2012.

PRADINE, L. **Recueil général des lois et actes du gouvernement d'Haïti, depuis la proclamation de son indépendance jusqu'à nos jours**. Paris, Auguste Durand, 1860. v. III (1818-1823).

PRICE-MARS, J. **Une étape de l'évolution haïtienne : étude socio-psychologie**. Port-au-Prince, La Presse, 1929.

SCHOELCHER, V. **Colonies étrangères et Haïti : résultats de l'émancipation anglaise**. Paris, Pagnerre éditeur, 1843. v. II.

SOUZA, N. M. M. de (Org.). **HISTÓRIA da educação: antiguidade, idade média, idade moderna, contemporânea**. São Paulo, Avercamp, 2006.

TARDIEUX, C. **L'éducation en Haïti : de la période coloniale à nos jours (1980)**. Port-au-Prince, Imprimerie Henry Deschamps, 1990.

TROUILLOT, J. **Histoire de l'Éducation en Haïti**. Port-au-Prince, Éditions Université Caraïbe, 2003.

ⁱ O ano de 1804 marcou oficialmente o fim da colonização francesa do Haiti com a criação de um novo estado, enquanto o ano de 1843 foi marcado pela primeira grande vitória do povo soberano exigindo acesso a certas áreas da sociedade, incluindo a educação.

ⁱⁱ Um conjunto de regras que regem o trabalho e a vida dos escravos nas colônias francesas.

ⁱⁱⁱ A escola de 1836 ou o cenáculo de 1836 é um dos grandes movimentos literários haitianos.